



# BANCÁRI@S-MT

# INFORMATIVO

INFORMATIVO Nº 181 | DEZEMBRO DE 2016

www.bancariosmt.com.br

DESMONTE DO BB  
NÃO INTERESSA AOS BANCOS PRIVADOS



## CONTRA O DESMONTE E RETIRADA DE DIREITOS SÓ A LUTA TE GARANTE!

O Governo quer impor aos trabalhadores brasileiros a conta da crise. Os mais pobres são os mais atingidos, basta observar a reforma da Previdência, que impõe idade mínima de 65 anos para a aposentadoria e penaliza quem precisou começar a trabalhar mais cedo. A reforma proposta pelo governo impõem ao trabalhador um tempo de contribuição de 49 anos, praticamente inviabilizando a aposentadoria. A agenda conservadora avança contra a saúde, educação e vários programas sociais de geração de renda

e emprego, por meio da PEC 55 - que congela os investimentos públicos por 20 anos. Não dá para ver o governo tirar os direitos do cidadão, sobretudo o mais carente, e não fazer nada.

O processo de reestruturação do Banco do Brasil visa o Desmonte da Instituição e abre caminho para a privatização. A Caixa também está na mira do governo Temer.

Leia mais na página 03



Justiça condena o BASA a pagar diferença da PLR de 2011

(Página 02)



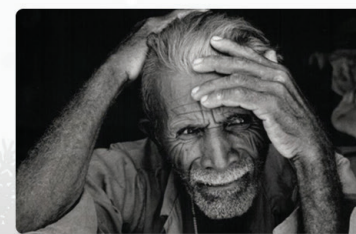
A Caixa pode promover desmonte semelhante ao anunciado pelo BB.

(Página 02)



SEEB/MT mobiliza população contra o fechamento da agência do BB do Distrito Industrial

(Página 03)



O desmonte da Previdência atinge todos os trabalhadores

(Página 04)



## Editorial

A reforma da Previdência anuncia pelo Governo retira direitos dos trabalhadores, conquistados há muitas décadas. A proposta estabelece a idade mínima de 65 anos e de 49 anos de contribuição para aposentadoria integral, prejudicando toda a classe trabalhadora. Além da Reforma da Previdência, precisamos ficar mobilizados contra a reforma trabalhista, a terceirização na atividade-fim e a PEC da Morte (PEC 55, antiga 241), que congela investimentos em saúde, educação, infraestrutura, e continua em tramitação.

Todas essas pautas mostram que precisamos reforçar junto com outros movimentos sociais o nosso repúdio à retirada de direitos e ao desmonte das políticas públicas e a venda do patrimônio brasileiro para o mercado financeiro, como pretendem fazer com o Banco do Brasil, Caixa, Correios e a Petrobrás. Não podemos nos calar e não vamos aceitar esse retrocesso contra o povo brasileiro.

O governo está na contramão dos avanços dos últimos anos, o governo precisa cobrar de quem ganha mais. É necessário taxar as grandes fortunas, acabar com a sonegação de impostos, rever a política de isenções fiscais para setores econômicos e famílias de alta renda e reduzir os juros e taxas para financiar o desenvolvimento gerando mais renda e postos de trabalho.

Portanto, neste momento que encerramos 2016, queremos agradecer a luta e união que foi capaz de garantir avanços na Campanha Nacional de 2016, sabemos que não conseguimos tudo que reivindicamos, mas houve avanços significativos e a manutenção dos direitos. Porém, a luta contra a retirada de conquistas consagradas na CLT, será árdua e constante em 2017, por isso reafirmamos nossa determinação e resistência. Precisamos e queremos avançar, mas isso só será possível Juntos, pois, **SÓ A LUTA TE GARANTE!**

**Clodoaldo Barbosa**  
Presidente do SEEB/MT

## Expediente:

Informativo Bancari@smt é uma publicação da Secretária de Comunicação e Imprensa do Sindicato dos Bancários de MT.  
Jornalista: **Silvia Marques**  
Diagramação: **Fabiano Ribeiro Queiroz**

Rua Barão de Melgaço, 3190 - Centro Cuiabá-MT  
CEP 78.020-800 - Fone/Fax: (65) 3623-5333  
www.bancariosmt.com.br  
bancariomt@gmail.com

**Clodoaldo Barbosa**  
Presidência  
**Alex Rodrigues Teixeira**  
Secretaria Geral  
**John Gordon Ramsay**  
Secretaria de Finanças  
**José Maria Guerra**  
Secretaria de Patrimônio e Orçamento  
**Ana Lúcia Nobre Neves**  
Secretaria de Imprensa e Comunicação  
**Marcílio Silva de Lima**  
Secretaria de Assuntos Jurídicos  
**Natércio Corrêa Brito**  
Sec. Formação Político-Sindical, Sócioeconômica e de Pesquisa

**Italina Facchini**  
Secretaria de Assuntos de Saúde e Condições de Trabalho  
**Florisvaldo Pereira de Souza**  
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer  
**Celso Coan**  
Secretaria de Assuntos dos Aposentados  
**João Luiz Dourado**  
Secretaria de Assuntos Intersindicais e Sociais  
**Vânia Lúcia Schembek Silva**  
Secretaria de Assuntos da Mulher  
**Dorival Rigoti**  
Secretaria de Assuntos do Ramo Financeiro

## JUSTIÇA CONDENA O BASA A PAGAR DIFERENÇA DA PLR DE 2011

O Juiz do Trabalho, José Roberto Gomes Junior, condenou o Banco do Amazônia a pagar aos bancários a diferença entre o valor pago a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2011 (8%). O assessor Jurídico do SEEB/MT, Eduardo Alencar, informa que o pagamento feito aos bancários deverá ser logo após a homologação do Juiz, que provavelmente deverá ocorrer ainda este ano. Ele também solicita aos bancários, que logo após o pagamento, façam a conferência do valor depositado e que eventuais diferenças ou erros devem ser informados ao sindicato no prazo de 20 dias. Lista para a conferência está no site [www.bancariosmt.com.br](http://www.bancariosmt.com.br)



## SEEB/MT, EM ASSEMBLEIA, APROVA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2017

Na segunda (28/11), em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a previsão orçamentária para o Exercício de 2017, conforme disposto no Capítulo III, Artigo 18, Inciso II do Estatuto do Sindicato. Ou seja, foi aprovado como e onde o sindicato irá aplicar os recursos da categoria no próximo ano.

De acordo o secretário finanças do SEEB-MT e empregado da Caixa, John Gordon, a proposta é uma peça orçamentária que contém detalhes e a previsão das contribuições, arrecadações, consumos e demais gastos do Sindicato. "Reduzimos várias despesas para investir cada vez mais na organização e nas ações sindicais", afirma.



## RETROCESSO TST PREJUDICA BANCÁRIOS

Os trabalhadores bancários sofreram mais um golpe contra seus direitos. A ofensiva, dessa vez, partiu da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que redefiniu que para o cálculo do valor da hora extra, o sábado passa a ser considerado dia útil não trabalhado e não mais Descanso Semanal Remunerado (DSR).

A decisão vale tanto para a jornada de seis como de oito horas. Na prática, ficou estabelecida a adoção dos divisores 180 para quem trabalha seis horas e 220 para oito horas para apurar o valor a ser pago ao bancário. Os bancos já adotam esses divisores para pagar hora extra, nada mudando, portanto, em relação ao que os funcionários recebem atualmente.

**O que muda?** – A decisão torna sem efeito a Súmula 124 do próprio TST, que estabelece os diviso-

res 150 e 200, para o computo da hora extra dos que fazem jornada de seis e oito horas, respectivamente, justamente porque considerava o sábado como DSR. A maioria das decisões do Judiciário Trabalhista utilizava essa Súmula 124 – que jamais foi respeitada pelos bancos – nas ações relativas a horas extras ingressadas pelos bancários. O que levou a grande maioria a conquistar na Justiça o recálculo da hora extra, com aumentos de 20% sobre o valor pago pelas instituições financeiras. **Histórico ruim** – STF tem deliberado contra os trabalhadores, como pelo fim da ultratividade dos acordos coletivos (decisão liminar que suspende direitos quando vencem os acordos), do direito à desapontação ou a favor do corte do ponto dos servidores em greve.

(Com informações bancários de SP)



## A CAIXA PODE PROMOVER DESMONTE SEMELHANTE AO ANUNCIADO PELO BB.

O presidente da instituição, Gilberto Occhi, informou que está em análise um plano de demissão ou de aposentadoria incentivada para cerca de 10 mil funcionários. O banco monitora, ainda, o desempenho de 100 agências consideradas "deficitárias".

Para o empregado da Caixa e diretor do SEEB/MT, Luiz Edwiges, o desmonte dos bancos públicos atende ao interesse das instituições privadas e é prejudicial a toda a sociedade brasileira.

Ele lembra o clima vivido em outros processos de reestruturação, citaram, inclusive, o caso do bancário da Caixa em Brasília que se suicidou, pulando do 7º andar do edifício sede da Instituição. "Todo o processo de reestruturação é nefasto e desumano, pois mexe com a vida das pessoas e das nossas famílias", afirma.



## DESMONTE DO BB

**SINDICATO DOS BANCÁRIOS MOBILIZA POPULAÇÃO CONTRA O FECHAMENTO DA AGÊNCIA DO BB DO DISTRITO INDUSTRIAL**



Presidentes de Moradores de Bairro, representantes de associação de deficientes, representantes da união dos moradores de bairros de Cuiabá, comerciantes, vereadores e a população participaram do protesto contra o fechamento da agência do Banco do Brasil, convocado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Mato Grosso (Seeb/MT), nesta sexta-feira (16/12), na porta da Agência do Banco do Brasil, localizada no Distrito Industrial.

Para o presidente do Seeb/MT, Clodoaldo Barbosa, o Fechamento da Agência prejudica o atendimento à população e precariza as condições de trabalho. "As alternativas para saída da crise do país devem ser debatidas e construídas com toda a população e exige bancos públicos fortes e redução de taxas e juros para a população", afirma.

A reestruturação do Banco do Brasil só interessa aos bancos privados, que terão menor concorrência, num sistema financeiro extremamente concentrado. Sem bancos públicos fortes, toda a sociedade perde", completa.

Segundo o vice-presidente do SEEB-MT e funcionário do BB, Alex Rodrigues, "O papel do Banco do Brasil é atender o interesse coletivo da sociedade. Agora, quer seguir a lógica mercadológica, ditadas pelos bancos privados, e esquece o seu papel constitucional, virando as costas para o povo", disse,

explicando que o banco iniciou um processo de esvaziamento dessa agência desde o ano passado, transferindo as contas de empresas e de clientes mais rentáveis para outra agência e deixando ali mais para atender assalariados, pensionistas e aposentados. "Agora, quer fechar a agência, demonstrando que não tem interesse em atender a população de baixa renda", critica.

Durante o ato o Sindicato também entregou uma carta à população e coletou assinaturas contra o fechamento da agência do BB. O fechamento da Agência do Distrito Industrial deixará mais de 200 mil pessoas que moram nos Bairros circunvizinhos, sem acesso a uma agência bancária. A agência mais próxima será do Coxipó, que já sofre com a superlotação, não comportando os clientes daquela região. O abaixo-assinado será entregue à Superintendência do BB, na próxima semana. Em apenas dois dias, mais de quatro mil pessoas já assinaram o documento.

Também participaram do ato o presidente da CUT/MT, João Luiz Dourado, os vereadores de Cuiabá e bancários, inclusive presidiram o Sindicato dos Bancários, Dilemário Alencar e Arilson Silva, além do vereador eleito, Orivaldo Julio Alves, comerciante e cliente do banco do Brasil há mais de 20 anos.

## MAIS CONQUISTAS

**APÓS PRESSÃO, ITAÚ PROPÕE ACORDO PARA PCR**

Depois de muita pressão do movimento sindical, o Itaú apresentou uma proposta para a renovação do acordo do Programa Complementar de Resultados (PCR). Terá validade por dois anos, 2017 e 2018, e prevê reposição da inflação, medida pelo INPC, mais 1% de aumento real em ambos os anos. O valor sobre o qual o reajuste será calculado, no entanto, vai variar de acordo com a rentabilidade do banco, a ROE (retorno sobre o patrimônio líquido). Se a ROE for até 23%, o PCR será de R\$ 2.468 mais INPC e 1% de aumento real. Se a ROE for maior que 23%, o valor passa a R\$ 2.587,00 mais INPC e 1% de aumento real. A proposta estende-se aos funcionários da

Microinvest, o setor de microcrédito do banco.

Para o secretário de Formação Político-Sindical, Socioeconômica e de Pesquisa do Sindicato Bancários de Mato Grosso (SEEB/MT) e Coordenador Regional da Comissão dos Empregados do Itaú (COE/Itaú/Fetec/Cn), Natércio Brito, o acordo de PCR é uma conquista importante dos funcionários do Itaú. "Garantimos um reajuste expressivo, mas os programas de remuneração e de metas continuam sendo uma reivindicação dos trabalhadores junto à direção do Itaú", afirma. O Sindicato indica a aprovação da proposta pelos funcionários, em assembleia que será realizada até dia 21 de dezembro.

## ADITIVO DO SANTANDER GARANTE MAIS DIREITOS

O acordo aditivo dos bancários do Santander, assinado na quinta-feira 1º, garantiu reajustes no PPRS, aumento nas bolsas de estudo e uma nova cláusula: o parcelamento do adiantamento de férias em até três vezes. Além disso, todas as demais cláusulas foram renovadas, como a licença não remunerada de até 30 dias para cuidar de parente de primeiro grau, jornada especial por nove meses para amamentação, entre outras. Trabalhadores e banco assinaram a renovação do Termo de Relações Laborais e Prestação de Serviços Financeiros



## ATENÇÃO



Estão abertas até 10 de janeiro as inscrições para o programa de bolsas de estudo no Santander. O banco divulgou nesta sexta-feira 9 as regras para os bancários que quiserem receber o auxílio-educação para graduação e pós, que corresponde a 50% do valor da mensalidade, limitado a R\$ 571 por mês. Para se inscrever na graduação, os funcionários devem ter, no mínimo, quatro meses de banco e estar na primeira graduação de um curso reconhecido pelo MEC, com pelo menos dois anos de duração.

Leia mais no site [www.bancariosmt.com.br](http://www.bancariosmt.com.br)



## ORIENTA ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS DE PLR NEGOCIADAS COM BANCOS E FINANCEIRAS

A Contraf-CUT encaminhou aos sindicatos, nesta sexta-feira (16), os acordos de Participação nos Lucros e Resultados negociados com China Construction Bank, antigo BIC, com o Banco Industrial (BIB), com o Banco Votorantin e com a BV Financeira. O objetivo é que as entidades que possam unidades desses bancos em suas bases realizem assembleia, até o próximo dia 28 de dezembro, para avaliação da proposta. A Confederação orienta pela aceitação.

Para diretor da Contraf-CUT, Jair Alves, essa é uma grande conquista específica para os funcionários desses bancos. "É fruto de toda a mobilização realizada durante a Campanha Nacional 2016. Acordos como esses, nesta conjuntura que todos os trabalhadores enfrentam, é muito importante e com certeza ajudará nas constas dos bancários", afirmou.

### Banco Votorantin

O Acordo Coletivo de Trabalho sobre Sistema Alternativo Eletrônico de Controle de Jornada e Acordo Coletivo de Trabalho sobre Programa Próprio de Participação nos Resultados do Banco Votorantin S/A prevê reajuste no piso do banco de R\$ 1200,00 para R\$ 1600,00 e teto de 30 salários este ano. Com compromisso do banco de negociar a diminuição para os próximos acordos, este acordo vale só para 2016.

### BV Financeira

O Acordo Coletivo de Trabalho sobre Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho sobre Programa Próprio

de Participação nos Resultados da BV Financeira S/A conta com reajuste no piso salarial da financeira de R\$ 1600,00 para R\$ 2600,00 e teto do programa passou de 35 salários para 30 salários este ano. Com compromisso do banco de negociar a diminuição para os próximos acordos, este acordo vale só para 2016.

### CCB

Acordo prevê o pagamento de R\$ 3.240,00 a todos os funcionários mais uma cesta alimentação no valor de R\$ 565,28 com teto de dez salários (10), haja vista que o banco queria aumentar o teto para 20 salários (20) e não aceitamos a proposta do banco. Financeira

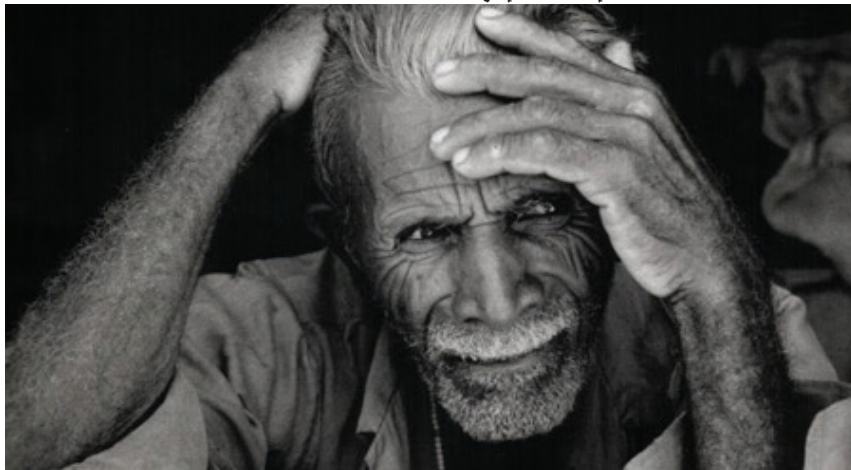
Visto que a financeira este ano deu prejuízo e para os funcionários não serem mais prejudicados porque não receberam a PLR dos financeiros, propomos fazer um acordo no modelo do banco para os funcionários, sendo assim, segue a proposta: Acordo prevê pagamento de R\$ 1.500,00 a todos os funcionários e uma cesta alimentação no valor de R\$ 530,76 com teto de dez salários (10), que conquistamos depois de longa negociação com o banco. O Acordo é de um ano.

### BIB

O resumo do acordo para este ano de 2016 e 2017 é de piso de R\$ 720,00 e reajuste de 8% sobre o mesmo para 2018. O teto é salários de oito salários.

Fonte: Contraf-CUT

## PEC DA ESCRAVIDÃO



### ODESMONTE DA PREVIDÊNCIA ATINGE TODOS OS TRABALHADORES

A proposta de Reforma da Previdência estipula idade mínima de aposentadoria em 65 anos tanto para homens como mulheres, do campo ou da cidade.

A proposta do governo Temer para a reforma da Previdência prevê que todos os trabalhadores terão de contribuir por 49 anos se quiserem receber 100% da aposentadoria. A CUT e demais centrais cobram a criação de uma comissão tripartite para debater Previdência com seriedade e resolver de fato o futuro da seguridade no Brasil.

“Os trabalhadores não aceitam retirada de direitos, como aposentadoria só a partir dos 65 anos, só na hora da morte”, afirma o presidente do Seeb/MT, Clodoaldo Barbosa.

#### Confira as principais mudanças previstas na Reforma da Previdência (PEC 287)

##### Fim da aposentadoria por tempo de contribuição

A PEC 287 acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição, que atualmente é de 35 anos para homens e 30 para mulheres. Segundo a regra atual, um trabalhador que começou a contribuir com 20 anos, por exemplo, pode se aposentar aos 55 (aplicando-se, no caso, o fator previdenciário). Pela proposta do governo, essa pessoa terá de trabalhar dez anos a mais – é preciso completar pelo menos 65 anos, com tempo mínimo de contribuição de 25 anos.

Todos os trabalhadores com até 50 anos e trabalhadoras com até 45 serão atingidos pela mudança, se a PEC 287 for aprovada. Os que ultrapassaram esta faixa serão submetidos a uma “regra de transição”, com um “pedágio” de 50%. Quem teria de contribuir mais dois anos pela regra atual, por exemplo, vai precisar ficar na ativa por mais três.

##### Redução do valor das aposentadorias

A regra anterior é agravada por outra. Para obter os vencimentos integrais, o trabalhador terá que permanecer 49 anos na ativa. Em caso de aprovação da PEC 287, o benefício passa a ser calculado levando-se em conta a parcela de 51% das maiores contribuições com 1% adicionais a cada ano de contribuição.

Portanto, para receber 100% do salário, o trabalhador terá que contar, após os 65 anos, com 49 anos de contribuição. Isso significa ter começado a contribuir com a Previdência aos 16 anos.

##### Menos direitos para o trabalhador rural

Os trabalhadores rurais passarão a ter que trabalhar entre 5 anos (homens) e 10 anos a mais (mulheres) para terem direito à aposentadoria. A idade mínima dos atuais 55 anos (mulheres) e 60 (homens) para 65 (para ambos), com tempo mínimo de contribuição de 25 anos. Além disso, haverá necessidade de ter feito contribuições individuais ao INSS. Hoje, aplica-se uma alíquota de 2,3% sobre o valor bruto da comercialização daquilo que o trabalhador rural produz. A nova alíquota ainda será definida.

##### Achatamento dos benefícios assistenciais

Os benefícios pagos a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda serão desvinculados do salário mínimo – ou seja, corroídos pela inflação. Além disso, a idade mínima para recebê-los, que hoje é de 65 anos, subirá para 70.

##### Redução da pensão por morte

A pensão por morte não será mais integral, passando a valer a regra de 50% mais 10% por dependente, até o limite de 100%. Ou seja, uma viúva sem filhos receberá apenas 60% do que receberia pela regra atual. Além disso, a cota de 10% se extingue quando o filho completar 18 anos.

Os beneficiários que ganham hoje um salário mínimo também terão seus proventos desvinculados da atual política de reajustes, o que, ao longo do tempo, fará com que recebam menos que o piso nacional.

##### Aumento da idade mínima também para servidores públicos

Atualmente, os funcionários públicos têm idade mínima para aposentadoria estabelecida em 60 anos para homens e 55 para mulheres, precisando somar 35 e 30 anos de contribuição, respectivamente. A PEC 287 propõe a substituição desse critério pela idade mínima de 65 anos para ambos os sexos. As mulheres que atuam no setor público serão as mais prejudicadas: precisarão trabalhar dez anos a mais que nas regras atuais.

## PEC DA MORTE

### CONGELAMENTO DE VERBAS PÚBLICAS POR 20 ANOS PASSA NO SENADO



Apesar dos protestos da população, e enquanto o Brasil chorava o acidente com o avião da Chapecoense, o Senado aprovou em primeiro turno, o texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que impõe um teto aos gastos públicos pelos próximos 20 anos. A matéria aprovada na Câmara dos Deputados como PEC 241 precisava de pelo menos três quintos dos integrantes do Senado (conseguiu 49 de 81) para ser aprovada em segundo turno e seguir para sanção presidencial.

Nas duas votações, impedidos de entrar, os estudantes e trabalhadores, representantes dos movimentos sociais de diversas partes do país foram massacrados durante a manifestação contra a votação.

A proposta institui o Novo Regime Fiscal e foi apresentado em junho pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Se for aprovada ainda este ano, como pretende o governo Temer, terá tra-

mitado em tempo recorde, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

**Terceirização** – Até o fechamento desta edição, não havia informação sobre a votação, também no Senado, do PLC 30/2015, que trata da terceirização. O relatório seria apresentado ao plenário pelo senador Paulo Paim (PT-RS): “nossa ideia é garantir que seja proibida a terceirização na atividade-fim”, afirmou o parlamentar. Também voltou à tramitação o PL 4302/98, revivido pelo governo Temer direto da era FHC.

Caso aprovado pelo plenário da Câmara seguirá direto para sanção presidencial e permitirá a terceirização de serviços em todos os setores e atividades. (Com informações da CUT)

## VISITAS AO INTERIOR

### DIREÇÃO DO SEEB/MT VISITA BANCÁRIOS DE VERA, CLÁUDIA, SANTA CARMEM E MARCELÂNDIA



Entre os dias 05, 06 e 07/12, os diretores do Seeb/MT: Nice Souza, João Luiz Dourado e José Maria Guerra visitaram os bancários dos municípios de Vera, Cláudia, Santa Carmem e Marcelândia. As viagens tem por objetivo aproximar o sindicato da categoria, levantar os problemas e, principalmente, ouvir as reivindicações dos bancários e bancárias do interior.

Neste momento, os dirigentes estão

aproveitando as visitas para alertar os bancários sobre o processo de desmonte do BB e também sobre os projetos que tiram direitos da classe trabalhadora. O bancário que quiser a presença do Sindicato na sua agência pode entrar em contato com a entidade e agendar uma visita, ligue no (65) 3623 5333 ou envie solicitação pelo whatsapp (65) 9238 7570.